

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

**PROJETO DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
2010 – 2014**

Cáceres/MT - 2010

ADRIANO APARECIDO SILVA

Reitor

DIONEI JOSÉ DA SILVA

Vice-reitor

ANA MARIA DI RENZO

Pró-reitora de Ensino de Graduação

AUREA REGINA ALVES IGNÁCIO

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

JULIANA VITORIA VIEIRA MATIELLO DA SILVA

Pró-reitora de Extensão e Cultura

ARIEL LOPES TORRES

Pró-reitor de Gestão Financeira

WALTER GUSTAVO DANZER

Pró-reitor de Administração

WEILI TORO MACHADO

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima – Presidente

Jocinete das Graças Figueiredo – Docente

Domingas Ribeiro – Técnica

Claudeir Dias – Técnico

Alessandro Marques Martins de Oliveira - Discente

Evandro Pereira Leal – Discente

Elias Renato da Silva Januário – CEE/MT

Regina Lúcia Borges de Araújo – CEE/MT

Claudioniro Azevedo Pereira – SECITEC

Luzia Helena Trovo Marques de Souza – SECITEC

INTRODUÇÃO	6
HISTÓRICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNEMAT	8
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINAES	14
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRINCÍPIOS QUE SUSTENTAM A AUTOAVALIAÇÃO DA UNEMAT	15
OBJETIVOS	18
METODOLOGIA	21
1ª ETAPA: SENSIBILIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO 2010/2014	22
2ª ETAPA – CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA UNEMAT	23
3ª ETAPA: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	24
4ª ETAPA: DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E COLETA DE SUGESTÕES VISANDO MINIMIZAR AS DIFICULDADES DETECTADAS	26
5ª ETAPA: ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO	26
DIMENSÕES E INDICADORES DE AUTOAVALIAÇÃO DA UNEMAT	26
ORÇAMENTO	43
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
PARÂMETROS PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE ACORDO COM ESTUDO DESENVOLVIDO NO PDI-2008/1014 UNEMAT	49
Anexo I	49
Dimensão 1 – A missão e o PDI	49
Anexo II	52
Dimensão 2 - A política para o ENSINO, a pesquisa, a pós- graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	52
Anexo III	56

Dimensão 2 - A política para o ensino, a PESQUISA, a pós- graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	56
Anexo IV	57
Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a PÓS-GRADUAÇÃO, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	57
Anexo V	58
Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a EXTENSÃO e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	58
Anexo VI	59
Dimensão 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	59
Anexo VII	61
Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade	61
Anexo VIII	62
Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	62
Anexo IX	65
Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	65
Anexo X	66
Dimensão 7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.....	66
Anexo XI	68
Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácias da autoavaliação institucional.....	68
Anexo XII	70
Dimensão 9 – Políticas de atendimento a estudantes e egressos.	70

Anexo XIII	71
Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.....	71
Anexo XIV	76
Formulário para coleta de opiniões dos alunos.....	76
Anexo XV	82
Formulário para coleta de opiniões dos docentes.....	82
Anexo XVI	87
Formulário para coleta de opiniões dos funcionários	87
Anexo XVII	92
Formulário para coleta de opiniões dos gestores.....	92

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNEMAT

INTRODUÇÃO

A Universidade do Estado de Mato Grosso concebe a Avaliação Institucional como instrumento que orienta suas ações. A avaliação vem se desenvolvendo como um processo contínuo e permanente, tendo como objetivo a construção e consolidação da UNEMAT como universidade pública, democrática, autônoma e de qualidade, com intervenção na sociedade por meio de atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão.

As ações de autoavaliação vêm se ajustando às propostas da Lei 10.861/2004, DOU de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e frente às demais diretrizes normativas, internas e externas, que instituem a autoavaliação como forma de garantir e favorecer a qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade matogrossense, resultando na versão 2010 do Projeto de Avaliação Institucional – UNEMAT, cuja abrangência deverá alcançar o ano de 2014, perfazendo mais um ciclo avaliativo.

Uma visão retroativa sobre as ações de autoavaliação institucional, leva ao registro do 3º Relatório, editado em 2006, resultante de coleta de dados realizada em novembro de 2005. Nos termos do SINAES, este processo deve obedecer a ciclos avaliativos e, integradamente com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e com a Avaliação Externa, exercida pelo poder público, deve subsidiar os processos de regulação da IES e de seus cursos.

A presente versão amplia as referências do Projeto de Avaliação Institucional – UNEMAT/2010, ao tomar como base o Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, documentos institucionais, cujas diretrizes se tornam, obrigatoriamente, matéria de avaliação no sentido de garantir as relações necessárias entre o que se planeja e o que se realiza, com vistas aos objetivos propostos.

Para elaboração deste projeto foram realizados vários encontros da CPA, considerando a necessidade de atualizar e inserir os seus membros na dinâmica institucional, tendo em vista os processos de autoavaliação já realizados pela UNEMAT e a complexidade da estrutura multi campi da instituição, cujos resultados culminaram na elaboração desta proposta visando reorganizar os processos de suporte às práticas de avaliação, perante o SINAES. À Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), como setor da estrutura organizacional da UNEMAT, caberá o apoio logístico e administrativo ao desenvolvimento da Avaliação. Nesse sentido a função da DAI é apoiar e assessorar a CPA, dando-lhe suporte técnico-administrativo, na criação de infra-estrutura física, tecnológica e funcional.

À CPA compete a realização das atividades relativas ao desenvolvimento do presente Projeto, a qual está devidamente designada através da Portaria nº 617, de 18 de agosto de 2009, nos termos do Regulamento, conforme prevê a Resolução nº 002/2005-CONSUNI que estabelece as diretrizes para a constituição e funcionamento desta Comissão, aprovado nas instâncias próprias da IES.

Indiretamente, as ações desta Comissão encontram respaldo normativo no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, órgão de assessoramento e decisão do Sistema Estadual de Educação Superior, e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, datado de 22 de setembro de 2005. Nos termos deste Acordo, as IES do Sistema Estadual de Educação Superior aderem ao SINAES, articulando-se em nível nacional para cumprimento de seus objetivos. Atribuições referentes à autoavaliação e às ações da CPA, assumidas pelo CEE/MT, órgão do Sistema Estadual, do qual a UNEMAT participa, referendam este respaldo, especialmente no que tange às atividades de autoavaliação institucional:

Apoiar e reconhecer as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, bem como suas competências e atribuições dos processos internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo CEE/MT.

Apoiar e acompanhar o processo de autoavaliação para assegurar a sua realização em prazo compatível com a sua natureza, podendo solicitar documentos sobre o desenvolvimento do mesmo e sobre os resultados alcançados. (Acordo de Cooperação Técnica CEE/MT–CONAES, 22.09.2005)

Este projeto apresenta a proposta teórico-metodológica da autoavaliação da UNEMAT para o período de 2010/2014 tomando como fundamento o SINAES e os processos de autoavaliação desenvolvidos pela UNEMAT. Ressaltamos que este se compõe de uma proposta e, nesse sentido, não está pronta e acabada, deve ser reconstruída pela comunidade acadêmica no processo avaliativo, sempre que necessário.

HISTÓRICO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNEMAT

A Universidade do Estado de Mato Grosso iniciou o seu processo de avaliação institucional em 1997. Pelos documentos analisados, o projeto começou a ser elaborado em 1994 atendendo a carta convite do PAIUB, mas a Universidade recebeu a destinação de recursos referentes a primeira etapa "Sensibilização e Socialização" em setembro de 1996 e em janeiro do ano de 1997 foi composta a primeira Comissão Central de Avaliação Institucional. A metodologia foi elaborada para atingir a comunidade acadêmica dos diversos campi. Assim, foram criadas nos campi comissões de avaliação compostas pelos diversos segmentos com a função de provocar discussões sobre a avaliação institucional na UNEMAT.

Em junho de 1997 aconteceu o primeiro Seminário de Avaliação Institucional da UNEMAT com o objetivo de promover discussões com toda a comunidade acadêmica interna e externa. Essa estratégia fazia parte da Etapa "Socialização e Sensibilização", a qual se pautou nos objetivos de fazer chegar a todos os segmentos da Universidade a proposta de Avaliação Institucional do PAIUB, sua origem e vinculação com o MEC, bem como, seus princípios

norteadores, concepções e características. Dessa forma, realizaram-se seminários em todos os Campi Universitários.

A concepção de avaliação que sustenta o processo de avaliação institucional da UNEMAT desde o seu início está calcada na avaliação participativa, democrática e processual. Busca assim, desenvolver dentro da Universidade a cultura da avaliação, que assim pensada não tem fim em si mesma, mas é um ato político, que procura oportunizar que todos participem do processo, investindo na tomada de decisão a partir dos dados coletados.

No seu início a metodologia que orientou a proposta estava sustentada pelo PAIUB. Assim, o projeto era organizado em seis etapas: Socialização e Sensibilização, Diagnóstico, Autoavaliação interna, Avaliação externa, Reavaliação interna e Realimentação e Difusão. Buscava-se a adesão da Comunidade Universitária a partir de uma série de discussões profundas e consistentes capazes de, aos poucos, conquistar a participação que deveria ser voluntária.

Em novembro/1997 aconteceu o I Fórum de Avaliação Institucional com representantes de toda a comunidade acadêmica da Sede e dos *Campi* da UNEMAT para traçar as diretrizes do diagnóstico que coletaria as informações da comunidade acadêmica, com o objetivo de descrever a situação atual de cada curso e demais instâncias

O processo de avaliação caminhava com muito êxito, mas em julho/97 a SESU/MEC descredenciou financeiramente todas as Universidades Estaduais. Vale ressaltar que nesse período já havia acontecido a implantação do PROVÃO nas instituições de ensino superior. Esse fato desencadeou grandes dificuldades uma vez que ocorreu na fase de diagnóstico da qual necessitava-se de recursos financeiros para a elaboração, sistematização e tabulação dos instrumentos de avaliação.

Em 1999, aconteceu um seminário de avaliação institucional com o objetivo de discutir a fase de diagnóstico. Foi palestrante nesse Seminário o Prof. Dilvo

Ristoff que enfatizou a necessidade de continuidade do PAIUB enfrentando as dificuldades financeiras do momento. Ainda nesse ano, com recursos próprios da UNEMAT, coletaram-se as primeiras informações e opiniões da comunidade acadêmica. A instituição deu continuidade ao processo de avaliação com recursos próprios porque entendia a importância da autoavaliação para planejar as atividades acadêmicas, mesmo assim, essa decisão inesperada da SESU/MEC interferiu no êxito das ações que estavam programadas.

Em março/2002 houve uma reestruturação do Projeto, integrando o mesmo à Pró-Reitoria de Planejamento, tendo em vista a necessidade de institucionalizar no organograma da instituição o projeto de avaliação e a integração do mesmo ao planejamento. Os integrantes dessa equipe contam que nesse período muitos dados foram encontrados como resultados da coleta de opiniões com alunos, professores e funcionários no ano de 1999, mas que ainda não haviam sido analisados e nem discutidos com a comunidade. Decidiu-se, então, publicar esses resultados a fim de provocar discussões com a comunidade acadêmica sobre a importância da retomada e continuidade do processo avaliativo e do uso de seus resultados para as tomadas de decisão.

Em julho/2002 foi publicado o primeiro relatório Síntese de Avaliação Institucional. Esse momento foi considerado um marco na história da UNEMAT e um ponto de referência na história da Avaliação Institucional. Compõe este relatório uma análise dos dados/opiniões coletados em 1999 e os indicadores referentes ao período de 1999 a 2001.

Apesar de os dados/opiniões analisados já estarem defasados, o relatório de avaliação proporcionou à comunidade acadêmica visualizar as dificuldades na gestão, no ensino, no atendimento dos funcionários e nas questões estruturais. Até o momento, ainda não havia avaliado a pesquisa e a extensão.

Frente aos resultados dessa avaliação que revelou algumas deficiências no processo avaliativo, no final do ano de 2002 foi elaborada uma proposta de avaliação descentralizada e por segmento, pois, a equipe de avaliação entendia

que esse poderia ser o caminho para buscar maior envolvimento e participação da comunidade acadêmica.

Essa proposta estava organizada em etapas, sendo: organização em cada campus de uma comissão responsável pelo desenvolvimento do processo avaliativo; sensibilização da comunidade acadêmica; levantamento de dados em relação ao curso; aplicação dos formulários de pesquisa (coleta de opiniões); sistematização dos dados; divulgação e discussão dos resultados da avaliação e tomadas de decisão (implementação de ações) e elaboração de relatórios analíticos e conclusivos.

Para orientação e organização das comissões foram realizados encontros nos Campi desenvolvidos em dois momentos. No primeiro, reuniram-se todos os membros da Comissão para apresentação e discussão da proposta, bem como, orientação sobre a realização das etapas da avaliação e os encaminhamentos para execução das mesmas, no segundo, realizaram-se seminários envolvendo a comunidade acadêmica para apresentação da proposta e dos encaminhamentos. Paralelamente a esses encontros as comissões dos cursos realizaram trabalhos de sensibilização com professores e acadêmicos sobre a importância da participação de todos na autoavaliação dos cursos. Nesse momento, as observações e documentos apontam para um nível muito bom de participação da comunidade acadêmica.

Dada a necessidade e urgência na coleta de novos dados e na divulgação dos resultados, foi produzido em conjunto com a Coordenadoria de Informatização um programa, que possibilitou a coleta de dados via internet. Essa ação foi um avanço no processo de avaliação. Em junho/2003 realizou-se nos campi a coleta de dados/opiniões através de formulários eletrônicos. Esse recurso possibilitou a participação de toda a comunidade acadêmica respondendo questionários em curto espaço de tempo, baixo custo e agilidade na sistematização e divulgação dos dados. Houve uma ótima participação da comunidade acadêmica e interesse em responder os questionários eletrônicos.

Uma observação importante na trajetória da avaliação institucional da UNEMAT, nesse período analisado, foi a sua autonomia para construir e reconstruir o processo de avaliação e a grande participação da comunidade acadêmica na etapa de diagnóstico, no momento de responder os instrumentos propostos pela comissão de avaliação.

Em 2004, em atendimento às exigências do INEP/MEC houve uma reestruturação da proposta de avaliação que estava sendo executada aos princípios do SINAES. Segundo o Coordenador da CPA, que implantou o SINAES, a UNEMAT recebeu um ofício do INEP/MEC determinando a composição da CPA no prazo que também estava determinado. Assim, a convite do Reitor designou-se o primeiro coordenador da CPA que fez os encaminhamentos para composição de seus membros, conforme orientação do INEP.

Tendo em vista que o processo de avaliação já vinha acontecendo através da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAVI), responsável para coordenar as atividades avaliativas na UNEMAT, passou-se a desenvolver um trabalho conjunto entre COAVI e CPA. A primeira ficou responsável pela coordenação do processo e a segunda, responsável pelo acompanhamento e deliberação das ações.

Vale ressaltar que as mudanças de nomenclatura, PAIUNEMAT, COAVI, SINAES não mudaram a concepção, a filosofia e os princípios do projeto de avaliação que, teoricamente, continuou durante todo o período sustentado nos princípios da participação, globalidade, não punição, não premiação, continuidade e responsabilidade social.

No ano de 2005, segundo orientação do SINAES, foi elaborado um novo “Planejamento de Autoavaliação” orientado pela proposta aprovada no Conselho Universitário (CONSUNI). Esse documento institucional prevê a autoavaliação na instituição em dois níveis. No primeiro, o estudo avaliativo sobre a formulação e implementação das políticas universitárias. No segundo, a coleta de dados junto à comunidade universitária (alunos, professores e servidores). Nos dois níveis

procurou-se avaliar e/ou contemplar no processo todas as dimensões da Universidade (gestão, ensino, pesquisa, extensão, planejamento, etc.), conforme sugere o Roteiro de Autoavaliação publicado pela CONAES/SINAES/INEP.

Foi desenvolvido pela CPA um trabalho de discussão e divulgação das dimensões que foram avaliadas, sendo que cada setor responsabilizou-se pela sua autoavaliação devendo encaminhar à CPA o relatório parcial, conforme prazo determinado pela CONAES/INEP. Segundo o coordenador da CPA, nos encontros realizados com os setores, foi possível perceber o quanto a construção da cultura da autoavaliação tem avançado nos espaços da UNEMAT.

Em novembro/2005, coletaram-se novamente as opiniões da comunidade acadêmica a partir da elaboração de um plano amostral. Os participantes da amostra foram contatados por meio de correspondência personalizada e confidencial, que informava o *login* e a senha pessoal para acessar os formulários eletrônicos - questionários. Esta correspondência foi entregue pelos coordenadores de *Campi* e chefes de departamentos a todos os alunos, professores e técnicos administrativos. Os questionários contemplaram questões relativas a todas as dimensões das ações universitárias (ensino, pesquisa, extensão, gestão, etc.), conforme orientação do SINAES.

Segundo documento da CPA o processo foi finalizado com a elaboração do 3º Relatório de Avaliação Institucional/UNEMAT que apresenta uma estrutura organizacional contemplando todas as dimensões da universidade, conforme sugere o Roteiro de Auto Avaliação do SINAES/CONAES/INEP. Esse relatório foi encaminhado em 2006 à CONAES para fins de credenciamento dos cursos e da universidade, conforme orientação da proposta do SINAES.

A trajetória da autoavaliação da UNEMAT demonstra que sua construção vem se dando entre avanços e dificuldades. Percebemos que a comunidade acadêmica defende a continuidade da avaliação, avanços ocorreram na metodologia com a utilização de meios eletrônicos para coleta de dados. A maior dificuldade encontrada está relacionada com a utilização dos resultados da

avaliação para as tomadas de decisão. Nesse sentido, colocamos nesse momento como desafio para a auto avaliação na UNEMAT avançar na construção de espaços participativos para discussão dos resultados da autoavaliação institucional e utilização destes nas ações e tomadas de decisão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINAES

A Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino superior - SINAES define a autoavaliação fundamentada na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Nesse sentido, o SINAES objetiva assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, incisos VI, VIII e IX, da Lei 9.394/96. No desenvolvimento deste processo, o SINAES determina procedimentos de avaliação:

1 – das Instituições de Educação Superior, a ser desenvolvido em duas etapas:

a) a autoavaliação, coordenada por Comissão Própria de Avaliação - CPA de cada Instituição de Educação Superior; e

b) avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo órgão público competente, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior. – CONAES.

2 - dos Cursos de Graduação, acadêmica e tecnológica, por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

3 - do Desempenho dos Estudantes – ENADE, aplicada aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, a cursos de áreas anualmente definidas pela CONAES/MEC.

Os resultados destes procedimentos se constituem em referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, importando registrar que o desenvolvimento deste Sistema nacional deve dar-se em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Em Mato Grosso, considerando o Termo de Cooperação firmado entre o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso – CEE- MT e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e, considerando a legislação estadual, Resolução Nº 311/2008 – CEE/MT, que normatiza a organização e o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino, os processos de avaliação externa das IES públicas, Estaduais e Municipais, será de responsabilidade conjunta da CONAES/INEP/MEC, do Conselho Estadual de Educação - CEE/MT e da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECITEC.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRINCÍPIOS QUE SUSTENTAM A AUTOAVALIAÇÃO DA UNEMAT

A avaliação é um dos mecanismos que possibilita o exercício da dialética, da discussão, das trocas de experiências e, por isso, é considerada imprescindível no processo de aprendizagem e construção do conhecimento. É um processo que deve acontecer continuamente com bastante rigor, clareza, transparência e autenticidade para se tornar confiável e incentivar a participação dos envolvidos no processo. Os resultados que emergem dos processos avaliativos devem direcionar, apontar caminhos e, principalmente, desencadear reflexão sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelos docentes, discentes, funcionários e gestores da instituição com possibilidades de melhorias.

A avaliação deve contribuir para a construção do auto-conhecimento institucional. Avaliamos para conhecer a realidade e detectar o que pode ser melhorado, no sentido da construção e não da punição. O processo de avaliação deve ser desenvolvido de forma participativa e os seus resultados devem servir como instrumento para o planejamento e replanejamento das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Para isso, é necessário criar espaços de discussão, possibilitando o envolvimento de todos os professores, alunos, funcionários, gestores, setores e instâncias institucionais. É necessário instituir no processo avaliativo o princípio da responsabilidade social, na qual os participantes alcancem o nível de responsabilidade que os levem a reflexão, a pensar e a participar de todo mecanismo de avaliação sem pressão legal ou atitudes de punição/premiação.

Ainda consideramos como princípios importantes para sustentar a avaliação, a verdade, a autenticidade, a ética, o compromisso e o respeito mútuo. Precisamos desenvolver um processo avaliativo sério, comprometido com a qualidade institucional, com o objetivo de fazer crescer a universidade, desarraigado de interesses individuais ou de grupos. É fundamental conceber a avaliação como não punição e sustentar-se no princípio da ética, nos princípios que House (2000) aponta como necessários para uma avaliação confiável como a clareza, a veracidade, a igualdade, a justiça e a equidade, sem estar favorecendo grupos ou facções.

Destacamos o princípio da democracia participativa como fundamental no processo avaliativo, entendendo esse princípio não como uma liberdade desordenada a que todo mundo tem o direito de fazer e dizer o que pensa sem muito rigor ou sem muito critério ou sem nenhum rigor, mas a democracia que permite a co-responsabilidade.

O processo de avaliação não deve ser fragmentado das demais atividades, mas estar integrado e sustentado pelas perspectivas teórico-metodológicas da Universidade, definidas no PDI e no Projeto Pedagógico. Nesse sentido, pensar a

avaliação perpassa, necessariamente, pelas reflexões sobre as concepções de educação, de ensino, de universidade no atual contexto educacional. Portanto, essa proposta de avaliação tem como parâmetro o PDI e, como, princípio norteador a democracia participativa.

Os resultados desse processo subsidiarão a constante busca pela qualidade Institucional e, assim, devem ser considerados pelos gestores, colegiados e todos os sujeitos que fazem a universidade, como meios e instrumentos para as tomadas de decisão e para implementação das ações e replanejamento das atividades.

A concepção de qualidade que sustenta esta proposta está referenciada na perspectiva da negociação e não na perspectiva mercadológica. Nesse sentido, tomamos o conceito de qualidade de Bondioli (2004, p. 14-17), dentre outros, que apresentam a qualidade como “qualidade negociada” para sustentar a função social da educação. A qualidade apresenta natureza transacional, participativa, auto-reflexiva, contextual, plural, processual e transformadora. “O processo com que se faz, se assegura, se verifica, se contextualiza, se declina a qualidade é uma “co-construção” de significados em torno da instituição e da rede, uma reflexão compartilhada que enriquece os participantes, uma troca e uma transmissão de saberes”. (p. 17). Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação ao curso e responsabilidade para com ele e trabalham para explicitar e definir metas e objetivos.

Não existe, portanto, qualidade sem participação. A qualidade negociada significa entender que cada ator no processo tem uma concepção de qualidade, o mais importante é negociar pontos de vistas diferentes. Significa reconhecer a natureza ideológica e valorativa e considerar o embate entre pontos de vistas, idéias e interesses como um recurso, uma estratégia para proposições e não uma ameaça.

A educação, nesta perspectiva, está comprometida com a transformação social, com a humanização da sociedade e tem como prioridade os princípios

éticos, sem deixar de trabalhar com os princípios técnicos. A ciência, a técnica e a ética se integram na busca de um ensino de qualidade e de uma sociedade justa.

A avaliação deve ser um processo em constante construção, que evite comparações competitivas e não deve constituir ranking de professores, alunos, cursos e nem comparações de qualquer natureza.

A partir dessas concepções podemos dizer que os princípios fundamentais da avaliação são: ética, transparência, justiça, democracia, não punição/premiação entendida contrariamente às propostas autoritárias e racionalizadoras, substituindo-as pela identificação de metas e correção de rumos, respeito a identidade da Instituição, legitimidade que pressupõe o acordo da comunidade acadêmica e dos gestores com o processo como um todo, participação entendida como atuação responsável dos diferentes segmentos institucionais em todas as ações do processo, globalidade entendida como a integração e articulação dos diversos instrumentos de avaliação do SINAES e experiências avaliativas que resultarão na avaliação dos Cursos e da Instituição, compromisso tanto individual quanto coletivo para o aperfeiçoamento institucional, continuidade e sistematização do processo como garantia de redefinição constante dos objetivos, metas e prioridades acadêmico-científicas e sociais da instituição.

OBJETIVOS

GERAL

Consolidar procedimentos avaliativos, tendo como referência as diretrizes do SINAES, que favoreçam o auto-conhecimento da UNEMAT de forma a possibilitar os realinhamentos necessários às diretrizes propostas pelas políticas institucionais e a consecução dos objetivos que lhe são próprios como universidade pública, identificando as dificuldades, os pontos fortes e fracos e as sugestões de melhorias, traçando metas a curto, médio e a longo prazo que promovam a qualidade institucional.

ESPECÍFICOS

- Ø Redefinir o Projeto de autoavaliação para o período 2010/2014.
- Ø Analisar os documentos institucionais como PDI, PPI, estatuto e outros.
- Ø Ampliar a sensibilização da comunidade universitária para o papel e relevância da avaliação institucional.
- Ø Coletar sugestões para proposta do Projeto de autoavaliação junto à comunidade interna.
- Ø Aprovar o Projeto de autoavaliação institucional e suas alterações quando necessárias no âmbito da CPA.
- Ø Divulgar o Projeto junto à comunidade interna da UNEMAT.
- Ø Instituir grupos de apoio nos diversos campi para desenvolver as atividades de autoavaliação institucional.
- Ø Coletar, de forma periódica, dados e opiniões junto aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, para os fins de estímulo ao auto-conhecimento, segundo referências institucionais e externas.
- Ø Criar um sistema operacional informatizado que favoreça e agilize a coleta de dados e o cruzamento dos mesmos e que possibilite a rápida edição de relatórios que sirvam de referências para o acompanhamento e avaliação dos processos institucionais tomados do SINAES.
- Ø Avançar na construção da cultura da autoavaliação, como forma de exercitar a participação da comunidade acadêmica nas decisões institucionais, a partir dos resultados das ações avaliativas
- Ø Favorecer a re-construção permanente do projeto institucional sustentado por princípios de gestão democrática e de autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social, a vocação educativo-profissionalizante e o compromisso científico-cultural da UNEMAT.
- Ø Possibilitar a incorporação da IES no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, em atendimento às diretrizes normativas do poder público estadual.

Ø Sistematizar e analisar os dados e opiniões coletadas, integrando-os com os demais instrumentos de avaliação do SINAES (ENADE, AVALIAÇÃO DA IES E DOS CURSOS/MT).

Ø Socializar os resultados da avaliação com a comunidade acadêmica.

Ø Solicitar das diversas instâncias da UNEMAT plano de atividades com base nos resultados da autoavaliação e relatório de implementação das mesmas.

Ø Elaborar relatórios parciais e finais de avaliação e encaminhar aos CEE e a CONAES/MEC.

Ø Subsidiar, com os resultados da avaliação institucional, os processos de credenciamento da IES e de regulação dos cursos e programas oferecidos pela IES.

METODOLOGIA

A presente versão do Projeto de Avaliação Institucional – 2010/2014 da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT registra os caminhos para a continuidade das ações avaliativas institucionais, pretendendo ampliá-las e consolidá-las nas perspectivas propostas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e a legislação estadual, observadas as peculiaridades institucionais.

Para a adequada implementação e os bons resultados do processo de autoavaliação ficam estabelecidas as seguintes condições, consideradas fundamentais:

a) Comissão Permanente de Avaliação – CPA com autonomia e condições para coordenar o planejamento e a execução das atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras.

b) Compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Direção de Institutos e Faculdades da UNEMAT) com a realização da AI de acordo com os princípios adotados, a utilização de seus resultados como instrumento de gestão e o provimento das condições físicas, materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento de suas atividades.

c) Participação de todos os integrantes da instituição, com o envolvimento dos diferentes segmentos, imprescindível na construção e legitimação do conhecimento gerado a partir da avaliação.

A autoavaliação deve iniciar com o estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa da universidade, que constituirão parâmetros para as análises avaliativas. É necessário conhecer previamente os objetivos da instituição, sua

missão, seus fundamentos pedagógicos, suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoal e outras, definidas nos documentos institucionais que serão analisados.

Para contemplar a participação efetiva de todos os Campi e Cursos, a autoavaliação será estruturada a partir da composição de Comissões de Apoio – CA-CPA nos diversos campi. Essas Comissões têm a atribuição de desencadear o processo avaliativo junto ao Campus, criando estratégias adequadas à realidade de cada um e de seus cursos, possibilitando a participação dos alunos, professores, funcionários e gestores em todas as etapas da avaliação descritas nesse projeto. Todas as ações das CA-CPA devem estar sustentadas por esse Projeto e pelo SINAES com acompanhamento da CPA: as CA-CPA funcionarão como prolongamento da CPA nos campi institucionalizadas junto a administração superior e administração dos campi.

O processo avaliativo se desenvolverá em 05 (cinco) etapas: Sensibilização da comunidade e apresentação do projeto 2010/2014; Realização do Diagnóstico da realidade da UNEMAT; Sistematização e análise dos dados e informações coletadas; Divulgação dos resultados e coleta de sugestões; Elaboração do relatório conclusivo.

1ª ETAPA: SENSIBILIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO 2010/2014

A primeira etapa da avaliação consiste na divulgação do projeto de avaliação e sensibilização da comunidade acadêmica. Nessa etapa será realizado um encontro com as CA-CPA para operacionalizar, nos campi, as ações de avaliação previstas neste projeto. Para tanto, as Comissões de Apoio devem organizar em seus campi encontros com todos os segmentos para discussão da A.I. Serão publicados materiais informativos como: folders, cadernos orientativos, cartazes, dentre outros. Nessa etapa serão coletadas sugestões para implementação do processo avaliativo previsto no projeto.

2ª ETAPA – CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA UNEMAT

O diagnóstico compreende uma vertente técnica da avaliação, na qual são organizados e analisados os aspectos quantitativos e qualitativos. Serão acionados os sistemas de informações disponíveis na instituição para coletar dados relevantes para efeito de diagnóstico e autoconhecimento. Será necessário manter atualizado um banco de dados contendo o cadastro geral da UNEMAT conforme as dimensões e os indicadores de avaliação, descritos no quadro n. 01 que segue neste projeto.

É necessário ressaltar que os dados quantitativos não têm valor para a avaliação sem a análise de causa e efeito. Esses dados necessitam de um "olhar" crítico e qualitativo para reconhecer diferenças, valorizar especificidades, analisar e explicar situações. Buscar sentido acadêmico e pedagógico para os números é dar significado a avaliação. Esses dados serão trabalhados com transparência e disponibilizados a toda comunidade acadêmica para debates, discussões e sugestões.

O levantamento dos dados e coleta de opiniões serão desenvolvidos em forma de pesquisa, procedendo-se a uma avaliação baseada nos aspectos quanti/qualitativos, com ênfase no qualitativo. Serão adotadas como técnicas de pesquisa: análise documental, observação, entrevistas e aplicação de questionários. Estas técnicas estão explicitadas a seguir.

Análise documental – Serão analisados os documentos institucionais através de estudos e de levantamentos das diretrizes e metas estabelecidas observando-se o cronograma instituído para realização das mesmas e dos relatórios das instâncias responsáveis pela realização das atividades. Os documentos serão analisados levando-se em consideração os indicadores definidos para cada dimensão, conforme quadro nº 1.

Observação – As observações serão realizadas nas diversas instâncias da UNEMAT com o objetivo de aprofundar e ampliar as análises desenvolvidas a partir

dos documentos. Serão elaborados roteiros a partir dos pontos definidos nas análises dos documentos como necessários de serem observados junto as equipes da Reitoria, Pró-reitorias, Coordenadorias, Assessorias, Institutos e Faculdades, Coordenação dos Campi, Departamentos de Ensino, órgãos representativos dos segmentos e demais setores/instâncias da UNEMAT.

Entrevistas semi-estruturadas – A entrevista será realizada com os gestores macros (Reitor, Pró-reitores e Diretores de Faculdades e Institutos) da instituição com o objetivo de discutir e analisar a execução das atividades previstas no PDI e aprofundar as análises conclusivas sobre as Políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão administrativa e financeira da UNEMAT.

Aplicação dos questionários – A coleta de opiniões dos alunos, professores, gestores e funcionários será realizada através da aplicação de questionários, elaborados para cada segmento com a participação dos mesmos. Os questionários serão aplicados por amostra, a escolha dos sujeitos será realizada a partir da elaboração de um plano amostral desenvolvido por um estatístico.

Os dados serão coletados a partir de um Software a ser desenvolvido por especialista da área. O tratamento técnico dos dados será feito por um estatístico que elaborará um plano de análise dos dados.

As questões devem contemplar as dimensões e indicadores de avaliação dispostas no quadro n. 01. Em linhas gerais, para os docentes e discentes a prioridade dos questionários é avaliar a qualidade do ensino e ou formação acadêmica e para os técnico-administrativos a qualidade dos serviços prestados a comunidade interna e externa, para os gestores a execução das políticas institucionais e os demais setores o cumprimento das atribuições específicas.

3ª ETAPA: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A sistematização dos dados será feita a partir dos relatórios gerados pelo software, por curso, campus, institutos/faculdades e instituição. As questões fechadas serão tabuladas a partir da frequência das respostas e as questões abertas, serão transcritas para posterior categorização. A CPA analisará todos os dados e informações e construirá um relatório-síntese que será disponibilizado para discussões.

As informações coletadas em documentos, observações, entrevistas e nos questionários serão analisadas conjuntamente, para que se possa verificar como estão ocorrendo os processos de planejamento, formulação e implementação das políticas. Esta condição apontará caminhos a serem tomados para aproximar o que foi planejado para a Instituição e o que está sendo executado, levando em consideração a realidade vivenciada na visão da comunidade acadêmica, para enfim, propor ações com maior consistência.

Categorias de análises – Ao final do ciclo avaliativo deve ser redigido um documento-síntese integrando as dimensões analisadas, os pontos fortes e fracos e apontando subsídios para a superação das dificuldades encontradas e disseminação dos aspectos positivos.

As análises conjuntas das dez dimensões culminarão na síntese dos resultados avaliativos que serão organizados em três categorias: administrativa e organizacional, infra-estrutura e pedagógica. Esse documento deve firmar compromissos dos atores envolvidos, principalmente dos gestores, com as tomadas de decisão e implementação de ações que visem a melhoria institucional.

Categoria administrativa e organizacional – Serão abordadas todas as questões que referem-se a regulamentação das ações, estruturas organizacionais, funcionamento, integração e articulação das diversas instâncias, setores, coordenadorias, divisões e outras.

Categoria infra-estrutura – Serão abordadas todas as questões que referem-se a infra-estrutura necessária ao funcionamento e execução das

atividades planejadas e desenvolvidas no ensino, pesquisa, extensão e gestão, como: salas de aulas, bibliotecas, laboratórios...

Categoria Pedagógica – Serão abordadas todas as questões que se referem ao planejamento, execução e orçamento de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição no ensino, pesquisa, extensão e gestão. É imprescindível destacar nessa categoria a **qualidade das atividades que estão sendo desenvolvidas, as relações com o que se planeja e o que se executa e os gastos efetuados pela instituição**. O orçamento está sendo executado de acordo com o que se planeja? Existe coerência entre ações planejadas, executadas e os relatórios de prestação de contas? Quais as prioridades institucionais?

4ª ETAPA: DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E COLETA DE SUGESTÕES VISANDO MINIMIZAR AS DIFICULDADES DETECTADAS

Os resultados serão disponibilizados às diversas instâncias/setores de acordo com a pertinência e/ou responsabilidades institucionais, objetivando destacar os pontos fortes, as fragilidades e as possíveis ações a serem implementadas/desenvolvidas pela gestão para sua superação. As CAs-CPA deverão divulgar e debater os dados através de seminários, debates e discussões com vistas a elaboração do plano de atividades para minimizar as dificuldades encontradas.

5ª ETAPA: ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO

Para conclusão do ciclo avaliativo será elaborado um documento analítico que contemple os pontos fortes e fracos da UNEMAT, precedido de sugestões que visem melhorias qualitativas, advindas dos planos de atividades dos campi e segmentos. Esse relatório conclusivo deve ser posteriormente enviado ao Conselho Estadual de Educação – CEE/MT, à SECITEC e à CONAES/INEP/MEC.

DIMENSÕES E INDICADORES DE AUTOAVALIAÇÃO DA UNEMAT

As diretrizes do SINAES, em que são apresentadas as 10 dimensões da autoavaliação, são tomadas pelo presente Projeto de Avaliação Institucional levando em consideração a realidade da UNEMAT. Para tanto, os indicadores de cada dimensão foram analisados de acordo com o PDI, sendo adequados às condições da instituição previstas no seu planejamento, ficando configuradas, conforme a seguir se relaciona, visando sua operacionalização.

Nº	DIMENSÕES	INDICADORES	Instrumentos	Instâncias institucionais envolvidas	Periodicidade
1	A MISSÃO e o PDI (Parâmetros para análises - Anexo 1)	NÚCLEO COMUM <ul style="list-style-type: none"> • finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais. • concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades. • características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. • articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. OPTATIVO <ul style="list-style-type: none"> • Qual é o grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica? • Existe coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI? • Qual é o perfil esperado dos egressos da instituição? 	-Análise documental: PDI, PPI, ESTATUTO	PRPDI, PROEX, PROEG PRPPG Institutos e Faculdades e colegiados.	Dois em dois anos

2.1	<p style="text-align: center;">ENSINO (Parâmetros para análise - Anexo 2)</p>	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos ENADE • Infra-estrutura física dos cursos • Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. • Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento. • Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais. • Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. • Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo? • Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso? • Quais os critérios orientadores da atualização curricular? • Existem políticas de formação de pesquisadores? De formação de docentes para educação básica e para educação superior? <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas. • Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural. 	Questionário e análise documental por amostras.	Cursos	Dois em dois anos
-----	--	--	---	--------	-------------------

2.2	<p style="text-align: center;">PESQUISA (Parâmetros para análise Anexo 3)</p>	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções. • Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional. • Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica). • Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. • Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos. • Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. • A instituição contribui com a criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural da nação? <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção científica da IES é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento? E com as necessidades sociais e as exigências da ciência? • Existem na instituição grupos de pesquisa cadastrados? Os projetos recebem apoio de agências de fomento? • A Instituição possui veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docentes e técnico-administrativo (livros, revistas, jornais, editora)? • A Instituição promove fóruns que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnico-administrativos? • Há política de auxílio aos membros da Instituição em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais? Descreva. • São desenvolvidas atividades que permitam a inter-relação do ensino com a pesquisa? Quais? • Existe órgão responsável pela relação interinstitucional e internacional da IES? Explícite sua dinâmica de funcionamento. <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural. 	Análise documental	PRPPG	Dois em dois anos
-----	--	--	--------------------	-------	-------------------

2.3.	PÓS-GRADUAÇÃO (Parâmetros para análise -Anexo 4)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato sensu e stricto sensu • Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. • Integração entre graduação e pós-graduação • Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na IES? Descreva sua dinâmica de funcionamento. • A IES desenvolve cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu)? Quantos? • Há auxílio de verbas, interno e externo à Instituição na realização dos cursos oferecidos? • Os conceitos da avaliação da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos? • Existe integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino, pesquisa na IES? <p>(c) Documentação, dados e indicadores para esta dimensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros) • Conceitos da CAPES. • Indicadores de atuação profissional dos egressos. • Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas). 	Análise documental	Coordenadoria de Pós-graduação lato sensu e stricto sensu.	Dois em dois anos
2.4.	EXTENSÃO (Parâmetros para análise - Anexo 5)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI. • Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. • Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão? Explícite sua dinâmica de funcionamento. • Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela IES? Quais? • Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes? • Existem atividades institucionais em interação com o meio social? Em qual(is) área(s) (educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras)? Caracterização das atividades. • As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da IES? Descreva as formas de integração. 	Análise documental	PROEX	Dois em dois anos

3	A responsabilidade social da instituição (Parâmetros para análise - Anexo 5)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais as ações desenvolvidas pela universidade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários). • Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais? • A instituição favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Desenvolve estratégias para a intervenção destes nas aulas? Possui políticas de contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos) com necessidades especiais? • Contribuições da Universidade no setor econômico e sócio-cultural dos municípios da sua área de abrangência. <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida. • Lista de estudantes/docentes/técnicos-administrativos portadores de necessidades especiais. 	Análise documental Projetos de ensino, pesquisa e extensão	PROEG, (MODALIDADES DIFERENCIADAS) PROEX, PRPPG, INSTITUTOS E FACULDADES,	Dois em dois anos
---	---	---	---	--	-------------------

4	<p style="text-align: center;">A comunicação com a sociedade (Parâmetros para análise - Anexo 6)</p>	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. • Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais são os meios de comunicação utilizados pela IES? • A comunicação da instituição é efetiva e comprometida com a missão da IES? Como se manifesta? • A comunicação interna da instituição é freqüente? Quais os canais de comunicação utilizados? • Existe uma adequada comunicação entre os membros da instituição? • A informação entregue aos usuários da instituição é completa, clara e atualizada? • A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da instituição (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, valor da mensalidade, serviços, procedimentos burocráticos etc.). • Há serviço de ouvidoria? Como funciona? • Existem mecanismos de comunicação e sistemas de informação eficazes para a coordenação dos diferentes cursos/unidades? • Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos? <p>(C) DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa. • Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos. • Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-web de divulgação. Análises sobre sua eficácia. • Guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros. • Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta. 	Entrevista e análise documental	Reitoria (Assessoria de comunicação)	Dois em dois anos
---	---	--	---------------------------------	--------------------------------------	-------------------

5	<p>– As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. (Parâmetros para análise - Anexo 7)</p>	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão. • Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos. • Clima institucional, relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos (docentes e técnicos-administrativos) existentes? • O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição? • Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo? • A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional? • Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função? • Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos técnicos-administrativos com as condições de trabalho, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função? • Há instâncias que fomentam a qualificação dos docentes e técnicos-administrativos? Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções? • Existem políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos técnicos-administrativos? 	Análise documental. Questionário	PRAD (recursos humanos) Professores e técnicos	Dois em dois anos
5.1	Docente	<ul style="list-style-type: none"> • N° de docentes em tempo integral, parcial e horistas (“substitutos” na IFES). • N° de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivo regimes de trabalho. • Experiência profissional no magistério superior. • Experiência profissional fora do magistério superior. • Formação didático-pedagógica. • N.º de publicações por docente. • Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira. • Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho. • Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos da CAPES na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> • IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.* • Produção acadêmica/docentes. • Aluno tempo integral/professor.* • Grau de envolvimento como pós-graduação.* • Grau de envolvimento com pesquisa. • Grau de envolvimento com extensão. 	Análise documental comparativa	PRPDI, PRAD	Dois em dois anos

5.2	Técnico-administrativos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de funcionários técnico-administrativos. • Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos. • Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e Extensão. • Experiência profissional. • Critérios de ingresso na instituição. • Critérios de progressão na carreira. • Políticas de capacitação. • Avaliações de desempenho. • Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo 	Análise documental comparativa	PRPDI, PRAD	Dois em dois anos
6	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. (Parâmetros para análise - Anexo 8)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real. • Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados. • Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas. • Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções. • Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática). • Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis). <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem, na Instituição, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são? • A gestão está orientada para resultados ou processos? Justifique. <p>O grau de centralização ou descentralização existente na instituição é adequado para a gestão da instituição?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da instituição? • Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)? • Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição? • Existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da IES? Ele é desenvolvido de acordo com o proposto? Outras funções e relações são estabelecidas fora do organograma institucional? <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atas dos órgãos colegiados. • Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição. • Funcionamento do sistema de registro acadêmico. • Funcionamento do sistema e recursos de informação. • Mecanismos de controle de normas acadêmicas. • Organogramas. 	Análise documental. Observação. Entrevistas.	Assessoria Colegiados superiores, campi, cursos. Gestores(Reitor, Pró-reitores, Coordenadores Campi, Institutos e Faculdades e Chefes de Departamentos)	Dois em dois anos

7	<p>Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. (Parâmetros para análise - Anexo 9)</p>	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação da infra-estrutura da instituição, na sede administrativa e nos campi (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. • Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins. • Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A quantidade de laboratórios em cada <i>campi</i> é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes? • Qual o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes? • Os equipamentos dos laboratórios são adequados em quantidade e qualidade? Justifique. • Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza? • A quantidade de postos individuais e coletivos de estudos na biblioteca é adequada às necessidades dos usuários? Justifique. • Os horários da biblioteca respondem às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurno e noturno)? Justifique. • Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias? Justifique. • A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados (Justifique)? São informatizados? • Qual é a disponibilidade dos materiais em relação à demanda? • Qual é a disponibilidade da bibliografia BÁSICA ou COMPLEMENTAR em relação à demanda? • Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários? • A instituição possui, em seu quadro de pessoal, técnicos-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infra-estrutura? Justifique. • Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos? Descreva-os. <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • N.º de salas de aula. • N.º de instalações administrativas. • N.º e condições das salas de docentes. • N.º e condições das salas de reuniões. • N.º e condições dos gabinetes de trabalho. • N.º e condições das salas de conferência/auditórios. • N.º e condições das instalações sanitárias. • Existência de áreas de convivência. • Acessos para portadores de necessidades especiais. • N.º de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo). • N.º de Bibliotecas (central e setoriais). • Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais. • No. de livros, periódicos e títulos em geral. • N.º e condições de laboratórios de informática. • N.º. De equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes. • N.º e condições de laboratórios específicos. • Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental. • Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos. 	<p>Análise de documentos. Questionários</p>	<p>PRAF Campus Departamentos Alunos, professores e funcionários.</p>	<p>Dois em dois anos</p>
---	--	--	---	--	--------------------------

8	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácias da autoavaliação institucional. (Parâmetros para análise - Anexo 10)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos. • Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe um planejamento das atividades da instituição? Como funciona? • O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento? Justifique. • Quais são os mecanismos para a realização dessas ações? • Existia avaliação institucional antes da implantação do SINAES? Desde quando? Com quais resultados? Como estava organizada? • Existe consenso sobre os objetivos do processo de autoavaliação? • Houve acordos sobre a metodologia utilizada e os objetivos a atender? Como ocorreu? • Houve, no decorrer do processo de autoavaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva? Justifique. • Houve participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da autoavaliação da maior parte da comunidade? Justifique. • O relatório de autoavaliação conseguiu comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna? • Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade? • Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de autoavaliação? • Houve modificações incluídas no planejamento de futuras atividades? • Que questões foram mantidas e quais mudaram para a continuidade do processo de autoavaliação no âmbito do SINAES? • Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna? <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico Institucional • Projeto Pedagógico dos cursos • Relatório final de autoavaliação. • Ações decorrentes das conclusões da autoavaliação. • Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de autoavaliação. 	Análise documental. Entrevista	PRPDI CPA e Comissões de apoio	Dois em dois anos
---	--	---	--------------------------------	-----------------------------------	-------------------

9	Política de atendimento ao estudante (Parâmetros para análise-Anexo 11)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social. • Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil. • Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas. • acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais? • Estão regulamentados os direitos e deveres dos estudantes? Como? • Quais os aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante? • Quais as dificuldades? Existe um plano para superar as dificuldades detectadas? • Há instâncias que forneçam bolsas de ensino, pesquisa e extensão? Quais? Quantidade de bolsas e tipos. • Há instâncias que favoreçam a participação dos estudantes em eventos? Existem programas de mobilidade e intercâmbio? Estão baseados em normas e critérios para sua concessão? Quais são elas? • Há políticas claras de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes? Quais? • Há políticas de incentivo para a criação de empresas-júnior, incubadoras? Descreva. • Há políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior? Descreva. • Há programas e práticas de iniciação à ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores? Descreva. 	Análise documental Entrevista	PROEX (CACE) PROBIC	Dois em dois anos
---	--	---	-------------------------------	---------------------	-------------------

9.1	Aluno Egresso	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção profissional dos egressos. • Participação dos egressos na vida da Instituição. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são? • Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida? • Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais? • Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais? <p>DOCUMENTAÇÃO E DADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos. • Dados sobre a ocupação dos egressos. • Evidências de atividades de formação continuada para os egressos. • N.º de Candidatos. • N.º de Ingressantes. • N.º de Estudantes matriculados por curso . • N.º de Estudantes com bolsas. • N.º médio de estudantes por turma. • N.º de bolsas e estímulos concedidos. • N.º de intercâmbios realizados. • N.º de eventos realizados. • N.º. de participações em eventos. • N.º de trabalhos de estudantes publicados. <p>INDICADORES</p> <p>TSG - Taxa de Sucesso na Graduação*. GPE - Grau de Participação Estudantil* Tempo médio de conclusão do curso. Aluno tempo integral/professor Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo</p>	Questionário	Alunos egressos	Anual
-----	---------------	--	--------------	-----------------	-------

10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (Parâmetros para análise - Anexo 12)	<p>NÚCLEO COMUM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos. • Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. <p>OPTATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • No PDI, há relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto? • Os salários dos docentes e dos técnico-administrativos estão sendo pagos regularmente? • Os equipamentos e espaços necessários para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional são atualizados em número e em qualidade? • Compõe o orçamento a destinação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos? • Existe controle entre as despesas efetivas e àquelas referentes à despesa correntes, de capital e de investimento? <p>DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aluno tempo integral/técnico-administrativo. • Planilha de contratação de pessoal docente. • Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo. • Planilha financeira que compõe o PDI. • Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação, seqüenciais e a distância) pela IES. • Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses). • Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos. • Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes. • Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras). • Relação orçamento/gastos (semestral e anual). • Relação ingressantes/concluintes. • Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado). • Relação dos técnico-administrativos em capacitação/ capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado). 	Análise documental. Entrevista	PRPDI PGF.	Dois em dois anos
----	--	---	-----------------------------------	---------------	-------------------

QUADRO RESUMO DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA AI - PERÍODO 2010 A 2014*

DIMENSÃO	RESPONSÁVEL(IS)	PERÍODO
01. A missão e o PDI	Pró-Reitorias Institutos e Faculdades	2010/2012/2014
02. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, extensão respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades 2.1. ENSINO 2.2. PESQUISA 2.3. PÓS-GRADUAÇÃO 2.4. EXTENSÃO	Cursos PRPPG PRPPG PROEX	2010/2012/2014 2011/2013 2011/2013 2010/2012/2014
03. A responsabilidade social da instituição	PROEG/PROEX/PRPPG Coordenação de Campus Institutos e Faculdades	2010/2012/2014
04. A comunicação com a sociedade	Reitoria (Assessoria de Comunicação)	2011/2014
05. – As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas		

condições de trabalho.	PRAD	2010/2013
06. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	Gestores (Adm.Superior) Assessoria Colegiados Superior	2010/2012/2014
07. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	PRAF PRAD Institutos e Faculdades	2010/2012/2014
08. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácias da autoavaliação institucional.	PRPDI/CPA E CAs-CPA	2010/2012/2014
09. Política de atendimento ao estudante	PROEX(CACE)/PROBIC	2010/2012/2014
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	PRPDI e PGF	2010/2014

*** As ações para atendimento destas previsões serão acompanhadas e avaliadas pela CPA e CAs-CPA**

ORÇAMENTO

CPA UNEMAT – ORÇAMENTO 2010 ¹

Natureza da Despesa		Discriminação	Qtde	Valor Unit.	Total
Código	Elemento de Despesa				
339033	Passagens	Reunião com os Gestores dos Campi em Cáceres			
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Alta Floresta/Cáceres/Alta Floresta	2	184,20	368,40
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Alto Araguaia/Cáceres/Alto Araguaia	2	64,10	128,20
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Barra do Bugres/Cáceres/Barra do Bugres	2	34,50	69,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Colíder/Cáceres/Colíder	2	158,50	317,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Juara/Cáceres/Juara	2	136,00	272,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Nova Xavantina/Cáceres/Nova Xavantina	2	106,00	212,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Pontes e Lacerda/Cáceres/Pontes e Lacerda	2	32,50	65,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Sinop/Cáceres/Sinop	2	131,00	262,00
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Tangará da Serra/Cáceres/Tangará da Serra	2	42,35	84,70
	Passagem terrestre (Ida e Volta)	Luciara/Cáceres/Luciara	2	240,00	480,00
		SUB-TOTAL	20		2.258,30
339014	Diárias	Comissão na Implantação/Implementação do Projeto			
		Membros da comissão: 02			
		N de viagens – 01			
		Duração 04 dias			
		Objetivo: Implantação/Implementação do Projeto da CPA			
	8 diárias	Local: Cáceres/Alta Floresta/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Alto Araguaia/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Barra do Bugres/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Colíder/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Juara/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	10 diárias	Local: Cáceres/Luciara/Cáceres	10	130,00	1.300,00
	10 diárias	Local: Cáceres/Nova Xavantina/Cáceres	10	130,00	1.300,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Pontes e Lacerda/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Sinop/Cáceres	8	130,00	1.040,00
	8 diárias	Local: Cáceres/Tangará da Serra/Cáceres	8	130,00	1.040,00

¹ Este orçamento se repete até o ano de 2014, com exceção do item Software

	SUB-TOTAL		84		10.920,00
339030	Material de Consumo				
	Canetas	Cx	1	35,00	35,00
	Lápis preto	Cx	1	20,00	20,00
	Borracha	Cx	1	15,00	15,00
	Pincel Atômico	Cx	10	19,00	190,00
	Cartucho	Und	10	70,00	700,00
	Grampo de Grampeador	Cx	5	3,50	17,50
	Envelope Ofício A4	Cx	2	68,75	137,50
	Papel A4	Resma	2	16,00	32,00
	SUB-TOTAL		124		1.147,00
339039	Serviço de Terceiro (Pessoa Jurídica)				
	Folder (A4/1 cor)		5000	0,09	450,00
	Cartazes (Cartolina 1 cor)		100	1,60	160,00
	Impressão do Projeto		30	50,00	1.500,00
	Alimentação (Café)		40	20,00	800,00
	Impressão dos resultados da autoavaliação		1000	10,00	10.000,00
	SUB-TOTAL		5170		12.910,00
código	SOFTWARE	Aquisição do PAI	1	50.000,00	50.000,00
	TOTAL GERAL				77.235,30

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – 2010*

Ação	Atividades	Período
Revisão do Projeto de Avaliação Institucional da UNEMAT, SINAES e legislação interna.	* Estudo do PDI: Políticas; * Estudo do PPI; * Estudo do Projeto de Avaliação anterior. * Elaboração do Projeto de Avaliação 2010/2014: texto, metodologia, instrumentos, cronograma e orçamento.	Dezembro/2009 a Fevereiro/2010
Encontro da CPA	Discussão e revisão do Projeto de Avaliação Institucional no âmbito da CPA.	24/02/2010 – período integral
Encontro da CPA	Aprovação do projeto e elaboração dos instrumentos para coleta de dados.	12/03/2010 9 horas
Reestruturação da CPA	- Encaminhamento de ofício a Reitoria com cópia p/ Coordenador COAVI para: *regulamentação da coordenação da CPA *regulamentação do período de vigência do mandato *rever resolução CPA CONSUNI (membros CPA)	
Encontro da CPA	Aprovação do Projeto de Autoavaliação para apresentação à Reitoria	24/06/2010 – 9 horas
Apresentação do Projeto de Avaliação Institucional aos gestores da Unemat	Reunião com o Reitor e Pró-reitor de Finanças e Planejamento.	
Organização da 1ª etapa (materiais de divulgação)	* Preparação e organização do material para impressão. * Confecção de material de divulgação: folders, cartazes, impressão gráfica do projeto de avaliação institucional.	22 de Julho de 2010
Apresentação do Projeto de Avaliação Institucional aos gestores da Unemat	Reunião com o Reitor, Pró-reitores, DAI, Diretores de Faculdades/Institutos, SECITEC e CEE/MT.	Em aberto
Organização das Comissões de Apoio nos Campi CAs-CPA	-Encontro com Coordenadores dos Campi	Em aberto
Visita dos membros da CPA nos Campi	Acompanhamento e assessoria para as CAs	Em aberto
Capacitação das Comissões de apoio	-Seminário de Avaliação Institucional	Em aberto
Divulgação do Projeto de Avaliação Institucional nos Campi da Unemat	*Encontros nos campi com os segmentos coordenados pelas C.A *Visita a Sede Administrativa/campi universitário para divulgação do Projeto nas Pró-Reitorias, Faculdades/Institutos e demais instâncias e setores.	Em aberto

Atualização permanente do site da Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> * Inserir o link na página inicial da Unemat * Inserir as Resoluções referentes a CPA; * Inserir a Portaria de designação da CPA. * Redigir um texto histórico sobre a avaliação institucional na Unemat. * Inserir o cronograma de atividades da CPA 	Em aberto
Definir o sistema operacional para a coleta de dados para a avaliação institucional	* Orçamento para a aquisição de software;	
	* Implantação e manutenção de software.	
Elaboração do Plano Amostral	*Reunião da CPA com um estatístico	
Operacionalização das etapas de Auto Avaliação	* divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica	
	* Análise documental;	
	* Observação	
	*Entrevistas	
Análise e elaboração de relatórios	*Aplicação dos questionários.	
	<ul style="list-style-type: none"> * Análise dos dados * Elaboração de relatórios parciais 	
Divulgação e discussão dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> * Organização de espaços de discussão: seminário, reuniões... * Elaboração de cronograma dos encontros 	
Acompanhar e avaliar a inserção dos resultados da AI no Planejamento Institucional quanto as fragilidades detectadas	<ul style="list-style-type: none"> * solicitação de relatórios dos setores da Unemat, sobre as propostas resultantes das fragilidades resultantes da AI. *Análise e discussão dos relatórios com os setores responsáveis. 	
Elaboração de relatório conclusivo para envio ao CONAE	* Postar no site do e-mec o relatório de auto avaliação.	31/03/2010
Rever a composição da comunidade civil organizada na CPA – Resolução 02/2005	Propor emenda na Resolução nº 02/2005 e encaminhar ao CONSUNI	Março/2010
Oficializar a CPA à SECITEC e CEE/MT	Encaminhamento de Ofício para a SECITEC e CEE informando sobre a CPA	Dezembro/2009

* Atualização anual pela CPA

PARAMETROS DE AVALIAÇÃO

O parâmetro de avaliação será o Plano de desenvolvimento Institucional PDI-2008/1014 da UNEMAT. Para elaboração desse projeto os membros da CPA fizeram um estudo do PDI, procurando conhecer as ações planejadas para 2010/2014. Essa ação foi necessária para identificarmos o que foi planejado visando conhecer as especificidades da instituição. Nesse sentido, as dimensões que serão avaliadas foram identificadas no PDI e servirão como parâmetro de análise, sustentado a avaliação entre o que está planejado e o que está sendo executado. Para tanto, a avaliação iniciou com o estudo do PDI identificando o que foi planejado em cada dimensão avaliada, constituindo os parâmetros para a avaliação. É necessário conhecer previamente os objetivos da instituição, seus princípios e fundamentos conceituais, a organização didático-pedagógica, a estrutura funcional e organizacional, etc, questões que já estão definidas no PDI.

Segue anexos os parâmetros de análises das dimensões, a fim de explicitar para toda a comunidade acadêmica o que será avaliado em cada dimensão, mencionada neste projeto, e dar conhecimento sobre o que a UNEMAT planejou, com base no PDI 2008/2014.

Ainda estão em anexos os instrumentos para coleta de opiniões da comunidade acadêmica (alunos, professores, funcionários e gestores).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN**, Robert; **BIKLEN**, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Trad. Alvares, Maria João; Santos, Sara Bahia; Baptista, Telmo Mourinho, Porto Editora: Porto Codex, Portugal, 1994.
- CREMA**, Maria Celina as Silva. A Questão da Avaliação na Universidade: Subsídios e Parâmetros. Avaliação Revista RAIES, ano 1, n.2, dez/96, p. 49-52.
- DIAS SOBRINHO**, José; **BALSAN**, Newton César (orgs). *Avaliação Institucional: teorias e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Universidade Pública e Processos de Privatização da Educação Superior: Papéis da avaliação institucional.. *Avaliação - Revista RAIES* . Campinas, V.2, N. 4, dez. 1997, p.57-64.
- _____. Avaliação Institucional: Integração e Ação Integradora. *Avaliação Revista RAIES*. Campinas, v.2, n. 2, jun. 1997, p. 19-29
- _____, Avaliação: técnica e ética. *Avaliação Revista RAIES* , Campinas, SP vol. 6 - nº 3 (21), set 2001, 7-19.
- DOURADO**, Luíz Fernandes; **CATANI**, Afrânio Mendes (orgs). *Universidade Pública: políticas e identidade institucional*. Campinas, SP: Autores Associados; 1999.
- GOERGEN**, Pedro. A Avaliação Universitária na Perspectiva da Pós-modernidade. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ivo (orgs). *Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 15-35.
- HOUSE**, Ernest R. *Evaluación, ética Y poder*. 3.ed., MADRI: Ediciones Morata, S. L , 2000.
- LEITE**, Denise B. C. A Avaliação em Prática. *Avaliação - Revista RAIES*, Campinas, V.1, n. 1, Julho 1996, p. 33-41.
- LIMA**, Elizeth Gonzaga dos Santos. Avaliação Institucional: a experiência da UNEMAT: entrelaçando as vozes e tecendo os fios do silêncio. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- REQUENA**, Antonio Trinidad. *La Evaluación de Instituciones Educativas. El Análisis De La Facultad de Ciencias Políticas y Sociología De La Universidad de Granada*. Granada: Universidade de Granada, 1995.
- RISTOFF**, Dilvo Ivo. *Universidade em Foco: Reflexões sobre a Educação Superior*. Florianópolis: Insular, 1999.
- SANTOS**, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- TRINDADE**, Héglio. (org.) et al. *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2.ed., Petrópolis RJ: Vozes, 2000.
- WANDERLEY**, Luiz Eduardo W. *O que é Universidade*. 8.ed., São Paulo, SP: 1991.